Essencis Soluções Ambientais S.A. torna público que recebeu da CETESB a Licença de Instalação nº 32003722 e requereu a Licença de Operação para Resíduos contaminados; tratamento e disposição de à Rodovia dos Bandeirantes, Km 33, Cabelo Branco, Caieiras.

MB ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA torna público que requereu da CETESB, a Licença de Operação, para Produtos químicos, depósito e/ ou comércio atacadista de, sito à Rua Santos, nº 1791. Bairro Vila Elisa. Ribeirão Preto/SP.

A Abril Comunicações S.A., torna público que requereu na CETESB de forma concomitante a Licença Prévia e a Licença de Instalação para a instalação de uma impressora Plana para serviços de impressão, à Av. Otaviano Alves de Lima, 4400, Freguesia do Ó, CEP 02909-900.

Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - Organização Social Mogi das Cruzes

CNPJ nº 66.518.267/0010-74

Demonstrações Financeiras

Balanço Patrimonial dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em Reais)

Ativo	Notas	2013	2012
Ativo Circulante			
Bancos - Contas Movimento	4	40,00	40,00
Bancos - Aplicações Financeiras	5	2.732.147,09	2.047.268,88
Adiantamentos a Fornecedores		550,00	-
Adiantamentos a Empregados	6	149.786,82	103.926,91
Adiantamentos para Despesas		1.936,13	814,60
Impostos Recuperáveis		1.481,15	1.481,15
Créditos de Contratos de Gestão	7	2.597.659,14	2.561.869,30
Outros Créditos		390,00	-
		5.483.990,33	**4.715.400,84**
Ativo não Circulante			
Imobilizado	8	212.331,19	211.525,48
Intangível	9	3.815,82	2.555,87
		216.147,01	**214.081,35**
Total do Ativo		**5.700.137,34**	**4.929.482,19**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	2013	2012
Passivo Circulante			
Fornecedores		377.096,89	389.576,24
Obrigações Trabalhistas	10	1.145.093,46	1.107.917,70
Obrigações Sociais e Fiscais	11	666.714,98	557.192,72
Contas a Pagar		5.481,51	6.683,75
Provisões para Férias e Encargos		1.839.544,79	1.373.782,40
		4.033.931,63	**3.435.152,81**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		1.285.359,77	509.869,97
Superávit do Exercício	15	223.893,05	816.807,93
Reserva de Capital -			
Bens de Gestão Pública	3.b	216.147,01	208.969,61
Transferências Patrimoniais		(59.194,12)	(41.318,13)
		1.666.205,71	**1.494.329,38**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**5.700.137,34**	**4.929.482,19**

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em Reais)

	Notas	2013	2012
Receitas Líquidas		**30.664.662,38**	**25.667.954,56**
Contratos de Gestão	12	30.698.277,42	25.831.864,23
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(33.615,04)	(163.909,67)
Custos		**(30.052.034,27)**	**(24.320.982,61)**
Pessoal e Reflexo		(23.146.111,52)	(19.013.696,92)
Serviços Terceirizados		(6.584.889,16)	(5.056.492,84)
Medicamentos e Materiais de Consumo		(321.033,59)	(250.792,85)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	13	(5.037.090,52)	(4.118.277,35)
(-) Isenção da CPP Usufruída	13	5.037.090,52	4.118.277,35
(=) Resultado Bruto		**612.628,11**	**1.346.971,95**
Despesas		**(587.551,95)**	**(662.307,34)**
Impostos, Taxas e Contribuições		(15.176,53)	(15.470,68)
Despesas Gerais		(572.375,42)	(646.836,66)
Outras (Despesas) e Receitas Operacionais		**87,32**	**-**
Outras Receitas		87,32	-
(=) Resultado antes das Rec/Desp Financeiras		**25.163.48**	**684.664,61**
Resultado Financeiro		**198.729,57**	**132.143,32**
Receitas Financeiras		207.118,43	141.721,16
(-) Despesas Financeiras		(8.388,86)	(9.577,84)
Superávit do Exercício	15	**223.893,05**	**816.807,93**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Reserva de Capital	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2012	**(728.531,56)**	**1.234.162,06**	**60.105,48**	**4.239,47**	**569.975,45**
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	1.234.162,06	(1.234.162,06)	-	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	4.239,47	-	-	(4.239,47)	-
Repasses destinados à aquisição de Bens	-	-	163.909,67	-	163.909,67
Depreciação do Exercício	-	-	(15.045,54)	-	(15.045,54)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(41.318,13)	(41.318,13)
Superávit do Exercício	-	816.807,93	-	-	816.807,93
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**509.869,97**	**816.807,93**	**208.969,61**	**(41.318,13)**	**1.494.329,38**
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	816.807,93	(816.807,93)	-	-	--
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(41.318,13)	-	-	41.318,13	-
Repasses destinados à aquisição de Bens	-	-	33.615,04	-	33.615,04
Depreciação do Exercício	-	-	(26.437,64)	-	(26.437,64)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(59.194,12)	(59.194,12)
Superávit do Exercício	-	223.893,05	-	-	223.893,05
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**1.285.359,77**	**223.893,05**	**216.147,01**	**(59.194,12)**	**1.666.205,71**

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em Reais)

Atividades Operacionais	2013	2012
Superávit do Exercício	223.893,05	816.807,93
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	(550,00)	1.304,43
Adiantamentos a Empregados	(45.859,91)	(48.819,66)
Adiantamentos para Despesas	(1.121,53)	(813,05)
Impostos Recuperáveis	-	4.533,70
Créditos com Contratos de Gestão	(35.789,84)	(1.120.479,82)
Outros Créditos	(390,00)	-
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(12.479,35)	253.656,48
Obrigações Trabalhistas	37.175,76	446.414,76
Obrigações Sociais e Fiscais	109.522,26	239.624,28
Provisões para Férias e Encargos	465.762,39	521.454,59
Outras Obrigações	(1.202,24)	4.399,98
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	**738.960,59**	**1.118.083,62**
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente à Gestão Pública	33.615,04	163.909,67
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	**33.615,04**	**163.909,67**
Atividades de Financiamento		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(33.615,04)	(163.909,67)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(54.082,38)	(46.429,87)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	**(87.697,42)**	**(210.339,54)**
Variação Líquida nas Disponibilidades	**684.878,21**	**1.071.653,75**
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Disponibilidades no Início do Exercício	2.047.308,88	975.655,13
Disponibilidades no Final do Exercício	2.732.187,09	2.047.308,88
Variação Líquida nas Disponibilidades	**684.878,21**	**1.071.653,75**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2013 e 2012 (em Reais)

1. Contexto Operacional: O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro. O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes** os seguintes contratos de gestão: • **Contrato de Gestão nº 67, de 13 de maio de 2010**: visando o desenvolvimento das ações e serviços da Unidade Básica de Saúde (UBS 24 Horas); • **Contrato de Gestão nº 68, de 13 de maio de 2010**: visando o desenvolvimento das ações e serviços do Programa de Saúde da Família (PSF); • **Contrato de Gestão nº 16, de 03 de fevereiro de 2012**: visando a operacionalização da Unidade Jundiapeba - Unidade Clínica Ambulatorial de Especialidades; e • **Contrato de Gestão nº 42, de 25 de abril de 2012**: visando a operacionalização das Unidades Básicas de Saúde - Estratégia Saúde da Família (Novo Horizonte e Conjunto Toyama) e Programa de Agentes Comunitários de Saúde (matriciado na Unidade Básica de Saúde Nova Jundiapeba). **2. Bases de Preparação das Demonstrações Contábeis: 2.a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social. **2.b) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros. **2.d) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. **3. Principais Práticas Contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.a) Instrumentos financeiros:** • **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis. • **Caixa e equivalentes de caixa**: abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. • **Instrumentos financeiros derivativos**: não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2013 e 2012. **3.b) Imobilizado:** • **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. • **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao patrimônio líquido, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2013 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2012. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes: • Máquinas e equipamentos: 10 anos; • Equipamentos de uso médico: 10 anos; • Equipamentos de informática: 5 anos; • Móveis e utensílios: 10 anos. **3.c) Intangível:** • **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a. **3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):** • **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. **3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.f) Patrimônio social:** Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1. **3.g) Receitas:** As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos. **3.h) Despesas:** As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais. **3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros. **3.j) Apuração do resultado:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

4. Bancos - Contas Movimento	2013	2012
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3300-5	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3301-2	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3499-6	10,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. - Conta nº 3538-2	10,00	10,00
	40,00	**40,00**

5. Bancos - Aplicações Financeiras	2013	2012
Banco Santander(Brasil)S.A.-Conta nº 3300-5	544.683,26	967.412,52
Banco Santander(Brasil)S.A.-Conta nº 3301-2	174.644,62	325.054,46
Banco Santander(Brasil)S.A.-Conta nº 3499-6	1.648.781,18	578.625,32
Banco Santander(Brasil)S.A.-Conta nº 3538-2	364.038,03	176.176,58
	2.732.147,09	**2.047.268,88**

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6. Adiantamento a Empregados	2013	2012
Adiantamentos de Férias	149.786,82	103.926,91
	149.786,82	**103.926,91**

7. Créditos de Contratos de Gestão	2013	2012
Contrato de Gestão nº 067/2010 (UBS 24H)	1.198.249,55	1.161.960,25
Contrato de Gestão nº 068/2010 (ESF)	689.154,96	649.130,17
Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única)	523.118,51	567.448,25
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	187.136,12	183.330,63
	2.597.659,14	**2.561.869,30**

8. Imobilizado

Imobilizado De Gestão Pública	Taxa	2013	2012
Máquinas e Equipamentos	10%	76.432,17	56.535,01
Equipamentos de Uso Médico	10%	131.803,25	131.803,25
Equipamentos de Informática	20%	1.643,00	1.643,00
Móveis e Utensílios	10%	52.104,12	45.418,17
(-) Depreciação Acumulada		(49.651,35)	(23.873,95)
		212.331,19	**211.525,48**

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Mogi das Cruzes, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos contratos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. Intangível			
Intangível de Gestão Pública	Taxa	2013	2012
Direito de Uso de Sistemas	20%	4.740,64	2.820,45
(-) Amortização Acumulada		(924,82)	(264,58)
		3.815,82	**2.555,87**

10. Obrigações Trabalhistas	2013	2012
Salários a Pagar	1.144.431,60	1.106.332,19
Rescisões a Pagar	-	534,42
Pensões Alimentícias a Pagar	661,86	1.051,09
	1.145.093,46	**1.107.917,70**

11. Obrigações Sociais e Fiscais	2013	2012
INSS a Recolher	89.851,52	92.793,15
FGTS a Recolher	188.360,29	157.161,23
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	32.296,04	3.640,49
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	28.188,89	22.573,93
IRRF a Recolher	310.091,33	262.709,11
CSRF a Recolher	3.034,34	2.893,46
INSS Retido de PJ a Recolher	14.155,42	13.771,34
ISS Retido na Fonte a Recolher	737,15	1.650,01
	666.714,98	**557.192,72**

12. Receitas com Contratos de Gestão	2013	2012
Contrato de Gestão nº 067/2010 (UBS 24H)	13.910.528,88	12.437.657,70
Contrato de Gestão nº 068/2010 (ESF)	8.025.444,28	7.570.794,43
Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única)	6.550.776,40	3.918.199,84
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	2.211.527,86	1.905.212,26
	30.698.277,42	**25.831.864,23**

13. Isenções Previdenciárias Usufruídas: A Entidade é isenta de Impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195 da Constituição Federal e de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei 8.212 de 1991. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2013 foi de R$ 5.037.090,52 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias Usufruídas	2013	2012
Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	4.891.790,40	4.002.657,00
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	145.300,12	115.620,35
	5.037.090,52	**4.118.277,35**
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobe a Folha de Pagamento	(4.891.790,40)	(4.002.657,00)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(145.300,12)	(115.620,35)
	0,00	**0,00**

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 24000.115009/2010-25. **14. Tributos e Contribuições: Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. **PIS:** por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. **COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. **Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, demonstradas na nota explicativa nº 13. **15. Superávit do Exercício:** O Superávit do exercício de 2013 foi de R$ 223.893,05 e o do exercício de 2012 de R$ 816.807,93, estando assim distribuído entre o contrato de gestão e convênios:

	2013
Contrato de Gestão nº 067/2010 (UBS 24H)	(1.451.095,85)
Contrato de Gestão nº 068/2010 (ESF)	(203.687,50)
Contrato de Gestão nº 016/2012 (Única)	1.172.205,76
Contrato de Gestão nº 042/2012 (EACS)	706.470,64
	223.893,05

16. Coberturas de Seguros: A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. **17. Informações Qualitativas - Lei nº 12.101/2009:** A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes, nas três áreas de sua atuação, Saúde, Educação e Assistência Social. Tendo como preponderância a área da Saúde, vem encaminhando relatórios ao Ministério da Saúde para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui

continua ➤

imprensaoficial SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/04/2014 07:14:35.
Nº de Série do Certificado: 92595ACB715A4E2998FB7C599AD0B46354A9D3E5
[Ticket: 19662799] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC). A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes. **18. Outras Informações:** As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários/trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. A Entidade é regularmente auditada por Tribunais de Contas Municipais.

São Paulo, 31 de dezembro de 2013.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

Relatório dos Auditores Independentes
Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Mogi das Cruzes - SP. Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 - Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações contábeis - A administração do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 - Mogi das Cruzes é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Opinião sobre as Demonstrações Contábeis - Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM - Filial 10 - Mogi das Cruzes em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. Ênfase - Conforme comentado na Nota Explicativa nº 13, a entidade usufruiu de benefícios de isenção previdenciária no montante de R$ 5.037.090,52 (valor principal) em 2013, com base na premissa de deferimento pelo Ministério da Saúde do pedido de renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS que teve seu vencimento em 29 de novembro de 2010. Todavia, o CEJAM ainda não recebeu o deferimento do pedido de renovação do CEBAS. Os assessores jurídicos emitiram posicionamento formal considerando "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM. São Paulo, 01 de Abril de 2014.

Galloro & Associados Auditores Independentes-CRC PJ 2SP005851/O-7

Sérgio Bugelli Sutto - Sócio-Diretor - CT CRC 1SP216187/0-8

Cinearte Pompeia S.A.

CNPJ nº 08.658.141/0001-08

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Srs. Acionistas: Em cumprimento às determinações legais, submetemos à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial encerrado em 31/12/2013, devidamente acompanhado das respectivas Demonstrações de Resultado do Exercício, das Mutações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa correspondentes ao exercício findo em 31/12/2013. Outrossim, permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

Ativo	2013	2012
Circulante	**2.020**	**7.626**
Caixa e equivalentes de caixa	632	1.702
Contas a receber e outros recebíveis	524	4.877
Tributos federais a compensar	661	327
Antecipação a debenturistas	–.–	450
Estoques	122	248
Despesas antecipadas	81	22
Não circulante	**6.409**	**8.846**
Realizável a longo prazo	**27**	**1.291**
Créditos tributários	–.–	1.271
Depósitos judiciais	27	20
Imobilizado	6.382	7.555
Total do ativo	**8.429**	**16.472**

Passivo e patrimônio líquido	2013	2012
Circulante	**4.636**	**2.402**
Fornecedores e outras contas a pagar	1.553	1.631
Obrigações fiscais, trabalhista e previdenciária	555	569
Obrigações por debêntures	–.–	202
Adiantamentos recebidos	2.528	–.–
Não circulante	**16**	**7.249**
Obrigações por debêntures	–.–	5.500
Provisão para contingências	16	1.749
Patrimônio líquido	**3.777**	**6.821**
Capital social	6.500	6.500
Reserva de lucros	–.–	321
Prejuízos acumulados	(2.723)	–.–
Total do passivo e patrimônio líquido	**8.429**	**16.472**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2013	2012
Receitas brutas de vendas e serviços	**25.822**	**23.698**
Receita de exibição de filmes	20.650	19.066
Receita de *bonbonnière*	5.172	4.632
Impostos sobre vendas e serviços	**(4.178)**	**(3.836)**
Receitas líquidas das vendas e serviços	**21.644**	**19.862**
Custos de vendas e serviços	(9.755)	(8.339)
Lucro bruto	**11.889**	**11.523**
Despesas/custos e receitas operacionais	**(8.046)**	**(10.752)**
Com operação	(5.328)	(5.069)
Com pessoal	(2.685)	(2.483)
Gerais e administrativas	(2.364)	(2.306)
Depreciação	(1.242)	(1.558)
Outras receitas/despesas	3.573	664
Resultado operacional antes das participações de debêntures e do resultado financeiro	**3.843**	**771**
Resultado de participações de debêntures	(5.612)	(784)
Resultado financeiro	(704)	242
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.473)**	**229**
Imposto de renda e contribuição social	(571)	(64)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**(3.044)**	**165**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de margem operacional	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2011	**6.500**	**168**	**2.427**	–.–	**9.095**
Lucro líquido do exercício	–.–	–.–	–.–	165	165
Reserva legal	–.–	8	–.–	(8)	–.–
Reserva de margem operacional	–.–	–.–	118	(118)	–.–
Dividendos pagos	–.–	–.–	(2.400)	–.–	(2.400)
Dividendos propostos	–.–	–.–	–.–	(39)	(39)
Em 31 de dezembro de 2012	**6.500**	**176**	**145**	–.–	**6.821**
Prejuízo do exercício	–.–	(176)	(145)	(2.723)	(3.044)
Em 31 de dezembro de 2013	**6.500**	–.–	–.–	**(2.723)**	**3.777**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO *(Em milhares de reais)*

	2013	2012
Atividades operacionais		
Resultado ajustado	**(1.152)**	**4.171**
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.044)	165
Ajuste ao lucro líquido (prejuízo) do exercício	**1.892**	**4.006**
Depreciações	1.242	1.558
Encargos provisionados sobre debêntures	–.–	202
Provisão para contingências	16	564
Tributos diferidos	571	(892)
Baixa de imobilizado	63	2.574
Variação de ativos e passivos	**5.955**	**(1.250)**
Redução em tributos a compensar e créditos tributários	366	44
(Aumento) redução em antecipação a debenturistas	450	(450)
(Aumento) redução em contas a receber e outros recebíveis e despesas antecipadas	4.293	(1.065)
(Aumento) redução estoques	126	(101)
(Aumento) em depósitos judiciais	(7)	(20)
Aumento (redução) em obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	(14)	28
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(37)	314
Aumento em valores recebidos antecipadamente	2.527	–.–
(Redução) em provisão para contingências	(1.749)	–.–
Caixa líquido originado em atividades operacionais	**4.803**	**2.921**
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(132)	(813)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de investimentos	**(132)**	**(813)**
Atividades de financiamentos		
(Redução) em obrigações por empréstimos e debêntures	(5.702)	(225)
Dividendos pagos	(39)	(2.669)
Caixa líquido originado (aplicado) em atividades de financiamentos	**(5.741)**	**(2.894)**
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.070)**	**(786)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.702	2.488
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	632	1.702
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(1.070)**	**(786)**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto operacional

O Cinearte Pompeia S.A. é uma sociedade por ações, com sede em São Paulo, constituída em 2 de janeiro de 2007, que tem por objeto a projeção e exibição de películas, vídeos e demais produtos cinematográficos, a promoção de espetáculos de cinematografia, a realização de eventos culturais, a organização e realização de cursos de cultura cinematográfica, a aquisição de películas, vídeos e demais produtos cinematográficos para exibição própria, locação a terceiros, bem como o desenvolvimento de atividades comerciais em geral e especialmente a que se refere a bar, café, doceira e livraria, podendo participar como sócio, acionista ou controlador de outras sociedades que tenham por objeto atividades sociais similares ou equivalentes.

O Cinearte Pompeia está localizado no Bourbon Shopping Pompeia em São Paulo e foi inaugurado em 28 de março de 2008. Em 30 de maio de 2008, foram abertas ao público dez salas de projeção e em 16 de janeiro de 2009, foi inaugurada a primeira sala IMAX do Brasil, que consiste no sistema cinematográfico mais avançado e de maior precisão do mundo, reproduzindo imagens em terceira dimensão.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2014.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

(a) Apresentação das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as novas normas contábeis brasileiras emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicáveis às pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico PME (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas. Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração de instrumentos financeiros ao seu valor justo.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com o CPC PMEs (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nesta nota.

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigindo a partir de 2014 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

(b) Principais práticas contábeis adotadas: As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis estão descritas a seguir: **(i) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(ii) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem disponibilidades e aplicações financeiras com prazo original igual ou inferior a 90 dias. **(iii) Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. **(iv) Ativos financeiros: a.** Classificação e mensuração - a Companhia pode classificar seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: "Ativos financeiros para negociação", "Ativos financeiros disponíveis para venda", "Empréstimos e recebíveis" e "Ativos financeiros mantidos até o vencimento". A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sendo que somente possui ativos financeiros na categoria de "Ativos financeiros para negociação" e "Empréstimos e recebíveis"; **b.** Ativos financeiros para negociação - incluem-se nessa categoria os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação, avaliados ao valor justo com os respectivos ganhos e perdas registrados no resultado; **c.** Empréstimos e recebíveis - compreendem os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São considerados nessa categoria os ativos caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. **(v) Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **(vi) Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e sua depreciação é calculada pelo método linear, as taxas mencionadas na Nota 3, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. **(vii) Redução do valor recuperável de ativos:** Os ativos não financeiros, principalmente imobilizado e investimento são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **(viii) Passivo circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **(ix) Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limite específico, e a provisão para a contribuição social à alíquota de 9% sobre o lucro tributável antes do imposto de renda. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias na base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social, são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e à alíquota de 9% para a contribuição social. O prejuízo fiscal acumulado não possui prazo de prescrição, podendo ser utilizado para compensação de lucros tributários futuros, nos termos da legislação vigente. **(x) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos contingentes, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com a adoção do CPC PME (R1). **(xi) Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência.

3. Imobilizado

	2013 Líquido	2012 Líquido	Taxa anual de depreciação - %
Benfeitorias em imóveis e terceiros e instalações (i)	2.837	3.462	10
Máquinas, equipamentos e utensílios	3.342	3.866	10
Equipamentos de informática	203	227	20
	6.382	**7.555**	

(i) As benfeitorias em imóveis de terceiros vêm sendo depreciadas pela taxa de 10% ao ano, considerando o prazo do contrato de locação do espaço.

4. Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social no montante de R$ 6.500 (2012 - R$ 6.500), está dividido em 649.010.000 (2012 - 649.010.000) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 324.505.000 (2012 - 324.505.000) ações ordinárias e 324.505.000 (2012 - 324.505.000) ações preferenciais, as quais estão totalmente subscritas e integralizadas, cabendo a cada ação ordinária um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(b) Reservas de lucros: A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido apurado no exercício, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do capital social.

A reserva legal é instituída por força do artigo 193 da Lei nº 6.404 de 1976, sendo que ela tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

A reserva estatutária de margem operacional destina-se a receber o saldo do lucro líquido do exercício, que remanescer após a constituição da reserva legal e a distribuição dos dividendos, até o valor máximo de 100% do valor do capital social e tem por objetivo assegurar à Companhia adequada margem operacional.

(c) Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido calculado dentro dos critérios da legislação societária brasileira.

Em 17 de dezembro de 2012 foi aprovada a distribuição de dividendos no montante de R$ 2.400, equivalente a R$ 3,70 por lote de mil ações, referentes a lucros gerados em exercícios anteriores, registrado a débito da Reserva de Lucros - Reserva de Margem Operacional.

E 31 de dezembro de 2012, por orientação dos acionistas foi deliberado pelos administradores a distribuição de dividendos no montante de R$ 39, equivalentes a R$ 0,06 por lote de mil ações, ratificado na Assembleia Geral de Acionistas. Esses dividendos foram pagos em fevereiro de 2013.

5. Eventos subsequentes

Em 28 de fevereiro de 2014, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária, constituir sociedade limitada pela transformação da sociedade anônima Cinearte Pompeia S.A. A nova denominação social desta sociedade passa a ser Cinearte Pompeia Ltda. O processo foi deferido pela Junta Comercial do Estado de São Paulo em 03 de abril de 2014.

DIRETORIA

Beatriz do Rego Barros D´Arriaga Schmidt - Diretora Administrativa e Financeira

Adilson Ernesto da Silva - Contador - CRC - 1SP266387/O-7

imprensa oficial SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 29/04/2014 07:10:29.
Nº de Série do Certificado: 92595ACB715A4E2998FB7C599AD0B46354A9D3E5
[Ticket: 19662800] - www.imprensaoficial.com.br